



Os espaços memoriais e seus periódicos na delimitação dos bens culturais brasileiros

ZÉLIA LOPES DA SILVA*

Nos últimos anos, é inequívoca a percepção sobre as dimensões plurais da sociedade brasileira. Os sinais e evidências dessas mudanças são muitos¹ e também atingem os espaços memoriais oficiais — Arquivos Públicos, Biblioteca Nacional, Museus, entre outros, surgidos no escopo de estruturação da Nação e, posteriormente a ela, a exemplo do Iphan —, que passam a buscar alternativas para maior proximidade com a sociedade brasileira, a qual se manifesta na definição de políticas e da guarda dos arquivos que constituem a memória do país. Exemplo disso são as páginas dessas Instituições na internet (verdadeiras vitrines de oferta de bens culturais), que disponibilizam cópias de seus acervos, ofertam eventos, cursos, exposições virtuais, publicações diversas, numa clara tentativa de restabelecer laços e comunhão de sentido entre esses legados e os cidadãos brasileiros, mesmo que a justificativa venha sob o invólucro da democratização da informação, palavra mágica desse momento².

A hipótese levantada sobre a reversão, em curso, de paradigma anterior (que organizava os bens culturais do país), traz em seu âmago uma perspectiva de “culturas no plural”, e não pode ser imputada somente ao uso das novas tecnologias — que têm permitido banco de dados complexos que disponibilizam não somente cópias de documentação, muitas vezes rara, longe do alcance do público —, mas, sobretudo, visa atender às redefinições da sociedade atual que não se reconhece nos arranjos e protocolos de salvaguarda dos artefatos memoriais ligados apenas a certos segmentos sociais, consagrados no passado. A busca por espaços específicos para preservação da memória de suas lutas e realizações, manifesta por diversos grupos, na atualidade, sinaliza que os arranjos dos muitos acervos informados por aquela perspectiva unívoca

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp/Pós-Graduação em História. Livre Docente em História do Brasil. (Aposentada).

¹ Esta análise ampara-se em reflexões feitas anteriormente que têm prosseguimento neste texto. Baseia-se em minha experiência de anos de trabalho na direção do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap), da Unesp/SP e, sobretudo, nos projetos a ele ligados, os quais estive em sua coordenação.

² Essa perspectiva ocorre em escala mundial, basta lembrar a Europeia.



defendida pela Arquivologia tradicional resultam em perdas das especificidades dessa massa documental, sempre heterogênea, mas recorrentemente organizada sob nomenclaturas genéricas, a exemplo dos periódicos que são agregados sob a rubrica de “hemeroteca”, diluindo e soterrando os projetos específicos dos grupos no rol genérico de títulos, dispostos em ordem alfabética. Decorrente dessa situação, pleitos crescentes por identidades particularizadas colocam em xeque a forma como os Arquivos Públicos (e correlatos) organizam os documentos, de origens distintas, subordinando-os a rótulos (aparentemente) unívocos, sem considerar a diversidade social³.

Essas inquietações sugerem que discutir questões atinentes aos acervos em papel e os desafios para os lugares que os abrigam para responder às demandas de uma sociedade plural, certamente exigem imaginação. Antes subordinados aos paradigmas tradicionais da Arquivologia, hoje, esses acervos e seus espaços — independente de seus nomes tradicionais —, receberam *status* teórico fora daquele campo ao serem, genericamente, denominados de “lugares de memória” — acepção tributária das reflexões de Pierre Nora (1993). Porém, nessa aceitação, foi deixada à margem a crítica feita por esse intelectual que classifica os objetos e papéis ali depositados, como restos de uma memória, classificada por ele de “memória prótese”, com vínculos tênues com a comunidade de origem.

Depositados nos Arquivos Públicos, Bibliotecas, Centros de Documentação (estes últimos, nucleados nas Universidades) os chamados “acervos históricos” integram os bens culturais do país e encontram-se amparados pelo Art. 216 da

³ Primeiramente surgiram acervos que guardavam a memória das lutas políticas dos trabalhadores, como o Arquivo Edgard Leuenroth. Na década de 1980, o mesmo ocorre em relação aos acervos de literatos que receberam tratamento distinto por intelectuais da área de Letras, do Rio Grande do Sul, de São Paulo (IEB) e de Minas que se preocuparam em organizar os acervos pessoais de escritores de seus estados. Argumentam que a natureza distinta dos acervos literários conduziu a construção de metodologia específica para sua organização, uma vez que não se trata apenas de “acervos pessoais”, mas da “memória literária brasileira”. Em consequência, também recusam o recorte regional para classificar a obra de intelectuais do porte de Érico Veríssimo e Mário de Andrade e de muitos outros. Iniciam estabelecendo a distinção entre “Arquivos” e “Acervos”. O primeiro seria algo próximo aos museus, já o segundo estaria diretamente vinculado à vida (BORDINI, 2009), distinção essa em franco diálogo (ou desacordo) com a Arquivologia. A busca de distinção e de reafirmação de identidade própria também se manifesta entre os formadores de opinião da comunidade negra que, ao longo do século XX, vem manifestando vontade de demarcar suas especificidades em relação à sociedade mais ampla. Esse intento somente foi conseguido com a criação do *Museu Afro Brasil* (MAB), em 2004, localizado na cidade de São Paulo (LOPES, 2008), demanda antiga, sempre rechaçada pelas elites locais, por entender que isso resultaria em reafirmação não da identidade e sim do acirramento de preconceitos e ódio racial indesejáveis no país (LOPES, 2007).



Constituição de 1988, cujos dispositivos protegem “as criações científicas, artísticas e tecnológicas” (inciso III) e “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” (inciso IV).

Parte desses bens acima arrolados já era protegida pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 que os classificou em bens móveis e imóveis (FONSECA, 2005). Por esse decreto receberam a proteção e a possibilidade de tombamento os artefatos considerados de valor artístico, histórico, arqueológico, entre outros. E, em 4 de agosto de 2000, o Decreto nº 3.551 estendeu sua proteção aos bens de natureza imaterial. Outros dispositivos também foram criados para proteger os arquivos públicos e privados, integrando-os ao conjunto dos bens culturais do país (FONSECA, 2005).⁴

Percebe-se, pela datação desses dispositivos legais, que os bens culturais brasileiros foram, por muito tempo, deixados à margem de normatizações específicas e, os já protegidos, estiveram submetidos a situações polares: quando valorados, estiveram informados por uma perspectiva museológica tradicional que considerava os espaços de sua guarda como lugares de culto, e seus “objetos”, os documentos, preciosidades merecedoras de veneração (CHOAY, 2001; POMIAN, 1984). Ou, então, depósitos de “papéis velhos”, valorizados por intelectuais, mas de pouco interesse coletivo e despojado da aura que os tornava especiais transformando-os em relíquias guardadas com desvelo por serem únicos e testemunhos de outro tempo.

A primeira situação ancora-se no pressuposto de que ali estaria depositado um legado que sintetiza a memória nacional, regional ou local, inscrito na longa duração temporal, sempre percebido como expressão memorialística da coletividade, tal qual interpreta Halbwachs (1990) em **A Memória Coletiva**, muito embora seja restos de um passado ligados a grupos e tendências que, apesar de restritos, aparecem conferindo identidade à Nação.

⁴ A avaliação sobre a complexidade e a diversidade desses bens, em 08/01/1991 resultou na definição de política nacional relativa aos arquivos públicos e privados, materializada na Lei Federal nº 8.159, que normatiza as instâncias e define a natureza desses arquivos qualificados de interesse coletivos, compostos de conjunto de documentos dispostos em três categorias: arquivos correntes, arquivos intermediários e arquivos permanentes. Segundo a Lei, “consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados” (Lei Federal nº 8.159, capítulo II, Art. 8, §3º). Juntam-se aos diversos dispositivos legais a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 que garante os direitos autorais (BRITO FILHO, 1998), considerados patrimônios imóveis.



Essa análise de Halbwachs extravasa-se para a reflexão da experiência brasileira e está presente no livro **O patrimônio em processo. Trajetórias da política federal de preservação no Brasil**, de Maria Cecília Londres Fonseca que, segundo o seu entendimento “os patrimônios históricos e artísticos nacionais [...] pelo valor que lhe é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras” (FONSECA, 2005: 21)

As perspectivas acima apontadas perderam força nos últimos tempos. A sua rejeição está presente nas discussões feitas por especialistas de diferentes áreas e instituições, pelo Brasil afora. Diria que essa reviravolta está diretamente relacionada às mudanças sofridas nas sociedades contemporâneas que ao se reconhecerem como sociedades plurais (CEVASCO, 2003), produziram redefinições em suas instituições que tiveram que se adequar a essas transformações e às “demandas plurais de memória”, como explicita Pierre Nora (1993). Porém, na acepção do autor, o registro é outro ao afirmar que isso ocorre porque a memória não mais existe e, por isso, precisa de lugares de memória para dar sustentação a essa memória prótese, questão controversa, que certamente não encerra o debate sobre o tema.

Nos anos 1970, ainda durante a ditadura militar, assiste-se à redefinição do modelo que organizava os bens culturais do país desde 1937 e à emergência de novas diretrizes, a começar pela criação de instituições oficiais como o Conselho Federal de Cultura, o Instituto Nacional de Cinema, a FUNARTE, a EMBRAFILME; e não oficiais, como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), e a reestruturação do Iphan e criação da Fundação Pró-Memória para permitir maior sintonia com as transformações ocorridas na sociedade brasileira, que sinalizam para a descentralização das políticas em relação ao patrimônio cultural do país (FONSECA, 2005: 152).

Ao mesmo tempo que ganha força o desejo de dessacralizar essa memória petrificada, no final da década de 1970 e início da seguinte, no período de redemocratização do país, a movimentação dos diversos grupos caminha no sentido oposto às propostas apenas de referenciação defendidas pelo CNRC, uma vez que, simultâneo a essas redefinições, algumas Universidades passaram a abrigar, em suas



estruturas administrativas e acadêmicas, uma massa documental significativa acondicionada em Centros de Documentação e em Museus temáticos. Esse processo também foi acompanhado por segmentos sociais diversos, inclusive pelas elites que criaram instituições privadas para a salvaguarda da memória de si.

Assim, surgem as instituições articuladas à guarda dessa cultura material, dedicadas aos grupos ou tendências, vinculadas a certas etnias e segmentos sociais que não desejam ver suas experiências políticas e culturais soterradas e suas memórias específicas obliteradas nos lugares supostamente identificados como a memória coletiva da Nação. Exemplos contundentes são os Centros de memórias, com seus acervos em papel e objetos escultóricos ou mesmo museus que buscam demarcar as especificidades desses grupos, mesmo que estejam contemplados no conjunto daquilo que aparece sob o selo de “acervos históricos”.

Essa busca de identidades coloca em discussão o próprio conceito de “acervos históricos” que, pelo seu caráter homogeneizador, não atenderia essas demandas plurais⁵. Penso, em particular, nas movimentações que deram origem aos vários projetos de organização de acervos de grupos ou segmentos sociais desde o final da década de 1970. Essas experiências polares primeiramente surgiram em torno da memória social dos trabalhadores, de suas lutas e trajetórias, cuja documentação produzida ao longo do século XX tornou-se a base da organização inicial do Arquivo Edgard Leuenroth. Simultâneo às mudanças na sociedade brasileira, tem-se nas Instituições nacionais tradicionais, a redefinição de seus objetivos e atividades que sinalizam para o diálogo maior com a sociedade, mesmo que ainda não seja uma prática generalizada. Certamente as suas publicações são os principais canais dessa interlocução, como veremos a seguir.

Os periódicos e a divulgação dos bens culturais

Antes de avançar nessa discussão, convém lembrar que a trajetória desse processo apresenta indícios de vínculos com projetos anteriores que sugerem

⁵ Ver a esse respeito, a exposição feita na nota 3 deste texto que enfoca questões relativas aos acervos literários e dos afrodescendentes.



continuidades, o que não se sustenta considerando que os contextos distintos nos quais esses periódicos estão inseridos trazem concepções antagônicas quanto à definição de cultura, que na atualidade é vista como “culturas no plural”. Essa nova perspectiva se manifesta nas diretrizes em relação aos bens culturais⁶ e aos periódicos da área e demais publicações que integram os Portais ou páginas dessas Instituições. Nesse contexto, os bens culturais, até então privilégio de poucos, são disponibilizados em seu formato de **cópias**, considerando que há muito vivemos na era da reprodutibilidade técnica, situação exposta na década de 1920 por Walter Benjamin, no texto *A obra de arte da era de sua reprodutibilidade técnica* (BENJAMIN, 1986).

As publicações, por conferirem identidade e demarcarem estatuto próprio a esses lugares, além de delinearem os fundamentos teóricos perquiridos para os bens culturais do país, acompanham a trajetória de estruturação e consolidação desse campo. Esses periódicos passaram a ter papel estratégico nas políticas requeridas para essa maior sintonia com as demandas diversas da sociedade, mesmo que suas trajetórias sejam diferenciadas. A revista do Sphan, por exemplo, “inserida no debate sobre a formação da nacionalidade” (THOMPSON et al., 2012: 167) teve papel fundamental na demarcação desse campo, considerando que apareceu em 1937, vinculada ao próprio órgão de defesa do Patrimônio nacional. Outras revistas surgiram na década de 1980 e seguintes⁷, assumindo o papel de agregar pesquisadores interessados nas múltiplas facetas das expressões culturais do país.

Assim, nesse texto, serão examinadas duas revistas originárias de Instituições federais que definem as diretrizes para a defesa e guarda dos bens culturais e duas de Instituições universitárias que abrigam acervos, como é possível observar no Gráfico 1

⁶ Refiro-me a disponibilização *on-line* dos documentos, a realização de eventos culturais diversos como ocorre com a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo do Estado de São Paulo. A Biblioteca Nacional tem disponibilizado *on-line* pequena parte de seu acervo, além de publicar a *Revista de História da Biblioteca Nacional*, que é vendida nas bancas. Foi interrompida por um tempo, mas retornou em fevereiro de 2015 com o número **Feminismos**.

⁷ Na atualidade, existem outras revistas que abordam questões do patrimônio cultural. Ou, ainda, sua relação com o turismo. Exemplo da primeira modalidade é a *Revista Memória em Rede*, Pelotas/RS - Brasil - ISSN 2177-4129, criada em 2009 pelo Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural UFPEL - ICH - PPGMP, que não foi analisada porque foge ao recorte feito para essas reflexões. Além das revistas, apareceram publicações de livros relativos aos bens culturais o que não ocorria duas décadas atrás.



que apresenta o surgimento dessas publicações, cujo objetivo é discutir dimensões desse patrimônio: edificado, em papel, imaterial e científico.

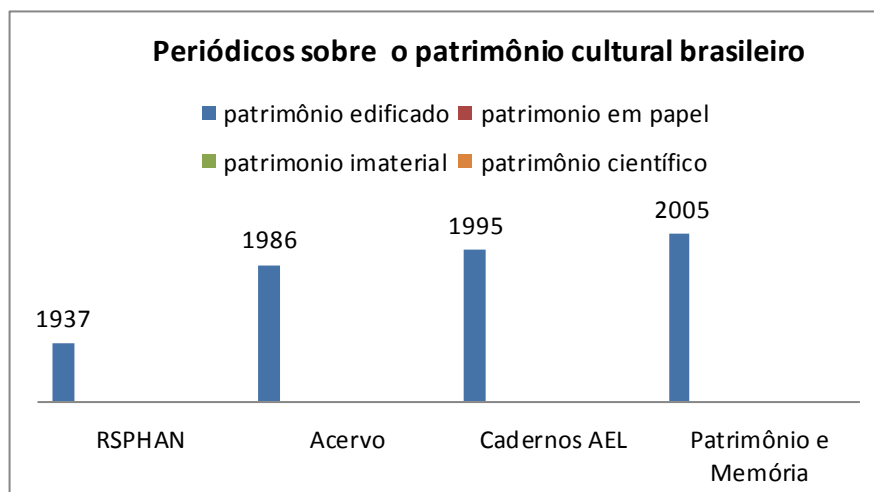


Gráfico 1 – Periódicos: Sphan (RSPHAN - 1937), Arquivo Nacional (*Acervo* - 1986), Arquivo Edgar Leuenroth (*Cadernos AEL* - 1995) e do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa - Cedap (*Patrimônio e Memória* - 2005).

A primeira publicação é do Sphan e foi criada em 1937 com o nome *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Passou a chamar-se *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em 1946. Veio a lume junto com o próprio órgão, colocando-se como perspectiva ser porta-voz do debate sobre a “**civilização material**” do país, concepção esposada pelo primeiro diretor do Sphan e editor da *Revista*, Rodrigo Melo Franco de Andrade e pelo grupo do qual fazia parte e que deu sustentação ao debate sobre o tema na conjuntura. A *Revista* surgiu, conforme observação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, “como meio de divulgação do ‘conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui’ e de contribuição para o seu estudo (1937: 3)” (THOMPSON et al., 2012: 167). Andrade foi responsável pelas suas edições, de 1937 (data de sua criação) até 1968, muito embora tivesse se aposentado em 1967.

Essa *Revista* é estratégica na formação desse campo, reforçando o papel do próprio órgão de defesa do patrimônio e colaborando na definição dos parâmetros para a preservação e demarcação dos bens culturais que deveriam ser reconhecidos como o patrimônio do país e, ainda, se constituindo em mecanismo de divulgação das ações



encetadas no próprio órgão. Os estudiosos desse periódico e de seu papel na definição desse campo desvelam duas fases: “a primeira contempla os dezoitos primeiros números [de 1937 a 1978], nos quais a questão da civilização material era central para a publicação; já a segunda fase [número 19 em diante] teria como ênfase sua busca pela afirmação de uma abordagem multidisciplinar e de diálogo com vários setores da sociedade” (THOMPSON et al., 2012: 167).

A segunda revista — *Acervo* — também uma publicação institucional, liga-se ao Arquivo Nacional e foi criada em 1986 num momento marcado por políticas já consolidadas e ações efetivas de proteção dos bens culturais do país situação bem distinta do surgimento do periódico anterior. Na contracapa é explicada a sua origem e os objetivos pretendidos:

Criada em 1986, a revista Acervo, periódico institucional do Arquivo Nacional publicado semestralmente, tem por objetivo divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais, privilegiando uma abordagem arquivística. A Acervo publica somente trabalhos inéditos no Brasil sob a forma de artigos e resenhas (ACERVOS, v. 27, n.2, jul/dez. 2014)

Cabe esclarecer que o debate sobre os bens culturais, na conjuntura dos anos 1980 desloca-se para os artefatos provenientes de manifestações (de outros grupos sociais) que compõem o chamado patrimônio vivo, diferentemente do período anterior que deu ênfase aos artefatos originários do processo de colonização portuguesa, já registrados e reconhecidos nos Livros de Tombo do Iphan e incorporados como parte constitutiva dos bens culturais do país.

Essas características podem ser detectadas nos temas abordados a cada número, evidenciando-se, até mesmo na revista *Acervo*, cujos artigos, em regra, não se voltam para discussões técnicas, como se poderia imaginar, bem como no Conselho Editorial e colaboradores. Tal qual a anterior, *Acervo* mantém forte ligação com o mundo acadêmico, na figura de intelectuais de projeção que dão legitimidade aos seus discursos e aos temas pesquisados e considerados relevantes nesse campo.

Os periódicos surgidos nas universidades vinculam-se a um Centro de Documentação e a um Arquivo de universidades públicas de São Paulo⁸ e já aparecem

⁸ Os centros de documentação e de memória das universidades paulistas surgidos no final da década de 1970, primeiro na UNESP, com o hoje Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CEDAP/Assis



no cenário da era digital, enquanto aquelas vinculadas a órgãos Federal surgiram em papel, embora na atualidade já estejam on-line. Os *Cadernos AEL* dialogam, em seus temas, com as fontes que conformam o seu perfil de Arquivo cuja origem documental é proveniente do movimento operário que expressam as correntes políticas anarquistas, comunistas, trotskistas, entre outras existentes no acervo, que apareceram em cena no decurso do século XX. Nesse sentido, difere da revista *Patrimônio e Memória*⁹, publicação científica semestral, que tem como proposta refletir sobre os bens culturais e as fontes. O seu foco volta-se para as questões relativas ao patrimônio, à organização dos acervos, seus problemas e perspectivas e ainda divulgar pesquisas originais, sobre temas variados do campo cultural em suas diversas modalidades.

Independentemente dos projetos veiculados nas diferentes conjunturas pelos protagonistas responsáveis por essas Instituições, percebe-se que suas publicações constituem-se em veículos de interlocução com a sociedade, ao divulgar os conhecimentos sobre os bens culturais, em âmbito nacional, estadual e local. Para isso, acionam os intelectuais de então e de agora que discutem questões diversas, as quais envolvem as diferentes formas e expressões constitutivas do patrimônio cultural brasileiro. Assim, tem-se, no Gráfico 2, o resultado desse trabalho de muitos editores para trazer ao público brasileiro e do exterior, por meio desses periódicos, a divulgação de reflexões de especialistas, em sucessivas edições (conforme assinaladas no referido gráfico) e em tempos distintos, sobre os diferentes aspectos relativos aos bens culturais do país.

depois na UNICAMP, com a organização do Arquivo Edgard Leuenroth e, em seguida, o CEDEM têm dinamizado esses lugares de memória cuja origem tinha, majoritariamente, as preocupações com o apoio à pesquisa acadêmica, contando assim com o apoio da Fapesp.

⁹ A emergência de Patrimônio e Memória define-se no âmbito do projeto de cunho acadêmico do Cedap, Unidade Auxiliar, cuja missão é oferecer ensino, pesquisa e extensão, atinentes a sua natureza, o que levou a redefinir o já traçado para esses lugares.

XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
 LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS 27 A 31 DE JULHO DE 2015 FLORIANÓPOLIS - SC

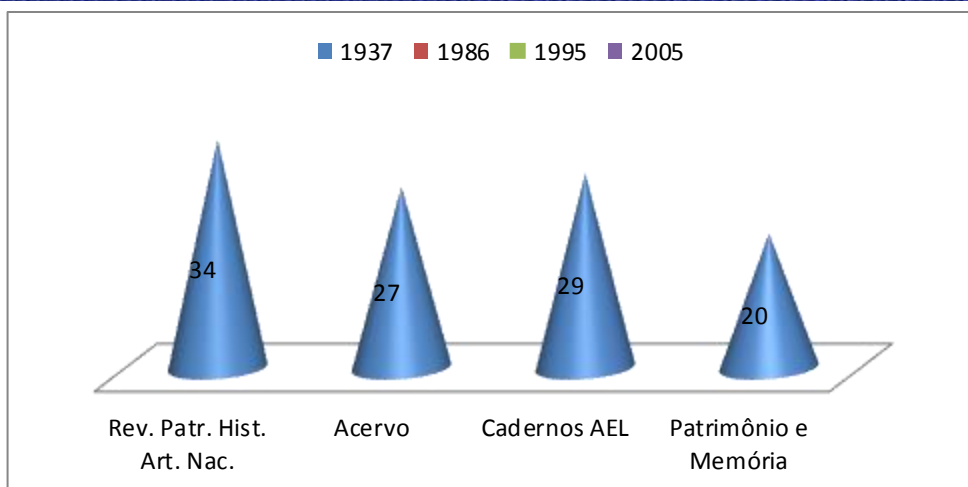


Gráfico 2 – Edições dos periódicos, da fundação até 2014.

Esses periódicos acompanham o vai e vem das conjunturas e as mudanças de seus dirigentes que, embora não alterem drasticamente o seu perfil, nem sempre garantem a regularidade dessas publicações, como se verifica no Quadro 1. As informações sistematizadas sinalizam que os editores desses periódicos, em regra, são os dirigentes dessas instituições, exceto *Acervo* que tem outro arranjo editorial.

A revista do Iphan — além de conferir identidade ao órgão responsável pela salvaguarda dos bens culturais do país, passa a ser paradigmática, ao demarcar os balizamentos para análise desse campo cultural. O periódico *Acervo*, por sua vez, mantém certa regularidade e se destaca pelo debate que vai se deslocando de temas técnicos de seus primeiros números para temas transversais que se voltam para reflexões teóricas envolvendo os documentos de diferentes tipos e natureza, em busca de seus significados.

Quadro 1 – Perfis dos periódicos

Nome da revista	Editores do período e editores de dossiês	Período	Edições
. <i>Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> ; Depois: <i>Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</i> ¹⁰	Rodrigo Melo Franco de Andrade (1º editor, responsável pela revista de 1937 a 1968)*	1937-1945	34
	Renato de Azevedo Duarte Soeiro – editor dos números 17 e 18 referentes aos anos de 1969 e 1978	1946-2012	
	Luiz Fernando de Almeida Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012)		

¹⁰ Em 1946, a revista mudou o nome para *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

	Coordenação do último número – Marcia Chuva		
<i>Acervo</i>	Emanuel Araújo (Coord. Editorial – v.1, n.1 - 1986)** Victor Manoel M. da Fonseca (Presidente do Conselho Editorial, v. 27, n.2, jul/dez. 2014)	1986-2014	27
<i>Cadernos AEL</i>	Ângela M. C. Araújo Angela M. C. Araújo e Claudio Batalha Álvaro Bianchi	(1995)- 2010	29
<i>Patrimônio e Memória</i>	Zélia Lopes da Silva - editor do periódico de 2005 a 2014. Editores de dossiês: Zélia Lopes da Silva Ana Maria Domingues Oliveira Antonio Celso Ferreira José Carlos Barreiro Sílvia Maria Azevedo Carlos Alberto Sampaio Barbosa	2005-2014	20

Fontes: Pesquisas feitas diretamente nas revistas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012.

* - Diretor do Sphan: Rodrigo Melo Franco de Andrade.

** - Diretora Geral do Arquivo Nacional: Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco

Cabe ressaltar que os periódicos surgidos nas universidades têm desenhos distintos.

Os *Cadernos AEL* dialogam, em seus temas, com as fontes que conformam o seu perfil de Arquivo, cuja origem documental é proveniente do movimento operário. O Gráfico 3, abaixo, sistematiza os temas de suas edições que debatem os movimentos sociais. Em 2010, o exemplar “Trabalho e Política: Edição Comemorativa” celebra o seu desempenho veiculando conhecimentos científicos no decurso de sua trajetória.

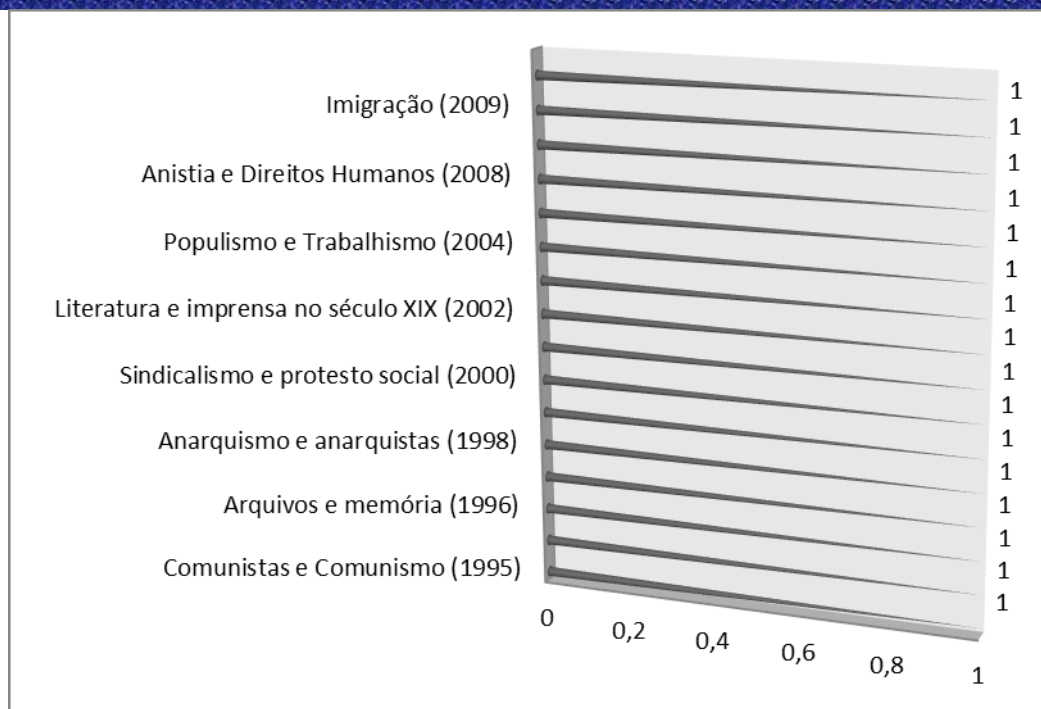


Gráfico 3 – *Cadernos AEL*

Fonte: Pesquisa feita diretamente no site da revista

Nas páginas de *Patrimônio e Memória*, já foram publicadas importantes contribuições em relação aos bens culturais¹¹ e aos acervos e seus significados. Nesse sentido, tem sido um espaço de agregação de profissionais de múltiplas formações das áreas das humanidades, pelo seu caráter temático. No campo da História, por exemplo, tem propiciado reflexões sobre temas atinentes aos bens culturais (e também às fontes investigadas pelos pesquisadores), conforme foi sistematizado no Gráfico 4 e na nota

¹¹ Os dossiês de *Patrimônio e Memória* abordam assuntos diversos, a saber: Culturas Indígenas, identidades (2014). Patrimônio Edificado (2014); A fotografia: Seus usos e significados (2013); Patrimônio Cultural e seus significados (2013); Folclore e patrimônios: Leituras plurais (2012); Representações caricatas na literatura e na imagética (2012); Narrativas de viajantes (2011); Imprensa e Literatura (2011); Festa (e suas interfaces) (2011); Os Institutos Históricos e Geográficos (2011); Museus brasileiros e seus projetos (2010); As mulheres em cena (2010); Artes visuais e Imprensa (2010); Patrimônio material e imaterial: a tradição revisitada (2009); Os espaços da rua e das praças: os seus usos e significados (2009); Os acervos Históricos e Literários: O passado e o presente (2009); Intelectuais e Imprensa: os lugares de produção e veiculação literária (2009); Memória de mulheres (2008); Patrimônios intangíveis e acervos: perspectivas do debate (2006); Imprensa e Impressos dos séculos XIX e XX (2007); Acervos Pessoais. Biografias, autobiografia e diários: memórias de si (2007); Acervos pessoais: arquivando a própria vida (2007); Os acervos patrimoniais, a memória coletiva e os sentidos das celebrações (2006); Acervos pessoais e temáticos: estratégias de organização e possibilidades de pesquisa (2007); Patrimônio cultural, identidade e cidadania (2006); A Imprensa no Brasil: dos Almanques aos jornais diários (séculos XIX e XX) O Brasil em papel: imagens de si (e do outro) (2006); Os processos-crime: dimensões das relações sociais conflituosas (2006).



11, cujos dossiês são arrolados. O referido gráfico mostra os temas que foram debatidos, desde sua criação, em 2005, até 2014, em suas vinte edições.

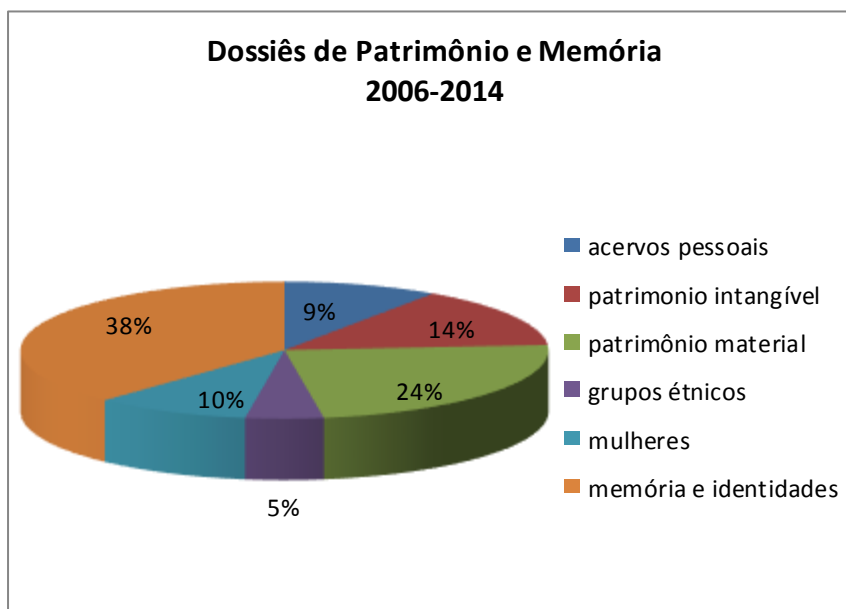


Gráfico 4- Temas dos dossiês sobre bens culturais

Outro aspecto a assinalar refere-se à periodicidade dessas publicações que sinaliza certo esgarçamento. É exemplar nesse aspecto, a revista do Iphan — RPHAN —, que embora ainda continue sendo publicada, a sua última edição data de 2012. Trata-se de um volume substantivo (de quatrocentos e cinquenta páginas), organizado por Marcia Chuva, com contribuições de intelectuais de diferentes instituições universitárias do país que atualizam o debate sobre o patrimônio cultural brasileiro, trazendo artigo sobre a trajetória do próprio periódico. Essa falta de periodicidade também é vivenciada por *Cadernos AEL* que publicou o seu último número em 2010, diferentemente das revistas *Acervo* e *Patrimônio e Memória* que mantêm suas edições atualizadas, conforme se verifica no Quadro 1. As páginas e os serviços oferecidos na *infovia* complementam esse quadro de reafirmação dessas Instituições, como já mencionado anteriormente. Ao mesmo tempo que esses bens devem ser preservados, cuidados e colocados à disposição do cidadão, precisa atender, igualmente, aos direitos daqueles que criaram esses artefatos, pois a massa documental depositada nesses lugares de memória, mesmo considerando o seu caráter público, ou a autorização de seus



autores, essa documentação é protegida pela Lei de direitos autorais — Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (BRITO FILHO, 1998).

Do exposto, não há dúvida sobre o papel desempenhado por essas revistas na divulgação e preservação do patrimônio do país. As suas contribuições mesclam reflexões fora dos circuitos oficiais, com aquelas provenientes de seus técnicos e mediadores culturais, trazendo a lume dimensões variadas do patrimônio cultural brasileiro submetido a múltiplos enfoques.

Considerações finais

Para encerrar, diria que a busca de legitimidade e de redefinições dessas instituições tem sido, na atualidade, feita com base em um conjunto de ações, sendo as publicações, em formatos distintos, os canais usados para veicular esses projetos e fincar raízes na sociedade, atendendo as suas diferenças culturais e étnicas. Embora o trabalho de divulgação dos bens culturais tenha como marco as ações do Iphan, desde a década de 1930, com as suas publicações, na atualidade, veiculadas nos portais ou páginas na internet, notadamente as revistas, ampliam as possibilidades de sedimentar certas visões que se quer atingir sobre os significados desses bens, por alcançar um público diversificado e amplo, rompendo as fronteiras nacionais.

Além disso, ao mesmo tempo que esses periódicos divulgam o debate sobre os bens culturais, conferem visibilidade a esses lugares na qualidade de depositários de uma memória que não é, em sua plenitude, uma memória prótese pela aceitação que tem marcado esses diferentes serviços e produções oferecidos na *inforvia*, considerando que os sites ocupam cada vez mais espaço nessa interlocução com a sociedade, pois além de vitrines de exibição dos “produtos culturais” oferecidos ao usuário, também desvelam os objetivos e a identidade almejados por essas instituições.

Nesse processo, os mediadores culturais, os intelectuais e os técnicos, têm papel estratégico. Por isso, é fundamental a identificação dos dirigentes que estiveram à frente dessas instituições e os intelectuais que colaboraram nesses projetos acionados nessa trajetória. Na década de 1930, essas contribuições já foram identificadas e analisadas. Já os seus continuadores (e suas áreas de formação), na atualidade, foram pouco estudados.



Mesmo sem esses dados sistematizados, alguns indícios apontam para sua inter-relação com as Universidades. Destacam-se nesse processo, historiadores, cientistas sociais (antropólogos, sociólogos), artistas plásticos, literatos, profissionais da Arquivologia, arquitetos, entre outros que integram os conselhos editoriais e consultivos desses periódicos, bem como a direção das instituições que preservam esses patrimônios. Os indícios apontam que essa parceria tem propiciado a dinamização de projetos de organização dos acervos dessas Instituições, alguns deles intocados, e fornecido colaboradores importantes nas diversas dimensões dessas ações: orientando projetos, participando de eventos, oferecendo cursos de capacitação, escrevendo textos, avaliando livros e dirigindo essas instituições.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. 2ª ed. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, 1986, p. 165-196.
- BRITO FILHO, Carlos Alberto. Apontamentos sobre a nova lei brasileira de direitos autorais. *Revista de Informação legislativa: Brasília*, 35, n.139, jul/set. 1998, p. 231-233.
- BORDINI, Maria da Glória. Os acervos de escritores sulinos e a memória literária brasileira. *Patrimônio e Memória*, v. 4, n. 2, Revista eletrônica do CEDAP, ago. 2009.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP/Estação Liberdade, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo. Trajetórias da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC – IPHAN, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.



LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. Museu Afro Brasil: ampliando e preservando os bens materiais e imateriais da cultura afro-brasileira. *Patrimônio e Memória*, v.4, n.1, p.1-21, 2008.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. História e Memória do negro em São Paulo: efemérides, símbolos e identidade (1945- 1978). 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2007.

MORAES, Marcos Antonio de. Edição da correspondência reunida de Mário de Andrade: histórico e alguns pressupostos. *Patrimônio e Memória*, v. 4, n. 2, Revista eletrônica do CEDAP, ago. 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

THOMPSON, Analucia; LEAL, Claudia F., BAETA; SORGINE, Juliana; TEIXEIRA Luciano dos Santos. História e Civilização Material na Revista do Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n.34, p. 167-197, 2012.

FONTES

Periódicos:

ACERVO; CADERNOS AEL; PATRIMÔNIO E MEMÓRIA; REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Legislação Federal

CONSTITUIÇÃO. República Federativa do Brasil. 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Trajetórias da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC – IPHAN, 2005.



Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Trajetórias da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC – IPHAN, 2005.

Lei Federal Nº. 8.159 de 08/01/1991. In: Legislação Arquivos Públicos e Privados. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

Arquivos

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH -- Acessado em nov. 2014

ARQUIVO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO - Acessado em nov. 2014

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Acessado em dez. 2014

ARQUIVO NACIONAL - Acessado em 25 nov. 2014

BIBLIOTECA NACIONAL - Acessado em 20 fev. 2015

CEDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa. - www.assis.unesp.br – Acessado em 28 e 29 jan. 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Acessado em 04 fev. 2015.